



EXPRESSO	20 OUT 1979	AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

## Maria de Lurdes Pintasilgo responde a 20 das 50 perguntas do EXPRESSO

# Governo que se deu o confronto "Reforma Agrária"

**M.L.P.** — As medidas do Governo neste sector já foram publicamente anunciadas na Resolução do Conselho de Ministros de 19 de Setembro de 1979.

A intenção dessa Resolução foi a de estimular, por todos os meios possíveis, a rentabilidade e a produtividade do sector público, considerando-o como o sector em que está investido o capital de todos os cidadãos. Procurou-se responsabilizar os gestores públicos e chamar a atenção para certas normas e critérios já definidos pela lei, mas nem sempre cumpridos.

A vinda a Portugal, esta semana, de uma missão do "International Executive Service Corps" — corpo de técnicos altamente qualificados em gestão empresarial, que dão assistência, a título benévolo, aos países que a solicitarem — é outra tentativa para estimular a procura de novos métodos de gestão empresarial.

### 6 — Só através dessa regulamentação

**EXP.** — Quando é que os trabalhadores da banca, seguros e empresas públicas industriais poderão exercer as funções de controlo de gestão, e eleger os seus representantes nos Conselhos de Gestão, nos termos da Lei das Comissões de Trabalhadores?

**M.L.P.** — É, como sabe, um assunto de grande actualidade, mas não posso, por enquanto, dar-lhe uma resposta precisa. Estamos a trabalhar na regulamentação da Lei das Comissões de Trabalhadores votada pela Assembleia da República e só através dessa regulamentação ficarão definidas as condições de participação dos trabalhadores nos Órgãos de gestão das respectivas empresas.

### 7 — Não deixa de ser paradoxal...

**EXP.** — Quais, em síntese, os aspectos que mais a impressionaram política e humanamente, nos incidentes de Montemor-o-Novo?

**M.L.P.** — Politicamente, a verificação de que a radicalização verbal de um problema — neste caso a aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária na zona de intervenção — conduziu à radicalização no terreno e à violência física.

Humanamente, a impossibilidade para um governante se manifestar face ao drama fundamental da existência que é a morte, sem que isso seja revestido duma carga político-partidária.

Nos dois planos, não deixa de ser paradoxal que um Governo que se propôs "facilitar a clarificação e a normalização da vida política portuguesa indispensáveis à segurança da Nação", fosse precisamente aquele em cujo mandato o confronto relativo à zona de intervenção de Montemor-o-Novo se deu.

### 8 — Sempre que peçam para ser recebidos

**EXP.** — Porque é que recebeu Álvaro Cunhal, no dia dos incidentes de Montemor-o-Novo?

**M.L.P.** — Porque, enquanto chefe de um Executivo que governa com a Assembleia dissolvida, tenho por norma imperativa receber, sem quaisquer delongas, os dirigentes partidários, sempre que estes, formalmente, peçam para ser recebidos.

### 9 — Partidos: coerentes desde o início

**EXP.** — Como vê a reacção dos seguintes partidos perante o seu governo, até agora: PS, PSD, CDS e PC?

**M.L.P.** — Coerente com as atitudes tomadas e as posições assumidas durante a discussão do Programa do Governo.

### 10 — Contributo para a estratégia mundial

**EXP.** — Resuma as facetas mais positivas da sua ida a Nova Iorque, do discurso na ONU, dos contactos estabelecidos e do encontro com o Papa João Paulo II?

**M.L.P.** — A sua pergunta toca exactamente os três aspectos em que considero a ida a Nova Iorque significativa para o País.

Em primeiro lugar, a minha intervenção na Assembleia Geral da ONU foi uma afirmação inequívoca da identidade própria de Portugal, enquanto País soberano, que tem uma palavra sua a dizer no concerto das Nações. Na análise que fiz dos problemas e perspectivas com que se confronta aquela Organização neste termo da década de 70, tornou-se óbvio que o nosso país tem um contributo próprio a trazer ao pensamento e à estratégia mundiais, não só no plano político, mas também no plano económico e cultural.



Em segundo lugar, os contactos que estabeleci permitiram-me verificar o reforço da confiança de muitos países — tanto a nível político, como a nível económico e financeiro — no regime político português e nas condições que oferece para uma cooperação internacional eficaz.

Em terceiro lugar, e como expressão espiritual dessa confiança, foi-me grato constatar o interesse do Papa João Paulo II pelo nosso País e a solicitude com que tem seguido a nossa evolução. Desse interesse e dessa solicitude os portugueses não deixarão de vir a ter provas.